



## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PAUTA 005/2019

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 07 de maio de 2019, terça-feira, às 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

**1. PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.10415/2019 – REMOÇÃO POR PERMUTA ENTRE O PROMOTOR DE JUSTIÇA INOCÊNCIO DE CARVALHO SANTANA, TITULAR DA 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITABUNA E A PROMOTORA DE JUSTIÇA CINTHIA PORTELA LOPES, TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM SONEGAÇÃO FISCAL, DE ÂMBITO REGIONAL, COM SEDE EM ITABUNA.**

**2. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 706.0.256392/2013, DA 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO SEGURO. RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO RÉGIS DOURADO. VOTO VISTA: CONSELHEIRA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO.**

**3. INQUÉRITO CIVIL Nº 001.9.6995/2019, DA 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ILHÉUS. RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO RÉGIS DOURADO. VOTO VISTA: CONSELHEIRA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO.**

**4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6601/2019. ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ELMIR DUCLERC RAMALHO JÚNIOR. RELATORA: CONSELHEIRA ÁUREA LÚCIA SAMPAIO SOUZA LOEPP.**

#### **5. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:**

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:**

**5.1.** Inquérito Civil nº 600.9.209455/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

**5.2.** Inquérito Civil nº 003.9.228348/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

**5.3.** Inquérito Civil nº 676.1.95121/2005, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;



- 5.4. Inquérito Civil nº 646.0.206767/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 5.5. Inquérito Civil nº 003.0.237558/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.6. Inquérito Civil nº 003.0.141211/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.7. Inquérito Civil nº 003.0.193733/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 5.8. Inquérito Civil nº 022.0.120085/2009, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;
- 5.9. Inquérito Civil nº 716.9.258513/2017, da Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 5.10. Inquérito Civil nº 003.0.191953/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.11. Inquérito Civil nº 190.9.189504/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 5.12. Recurso Administrativo nº 003.0.977/2019, apenso Inquérito Civil nº 003.9.17313/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.13. Inquérito Civil nº 001.9.5990/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.14. Inquérito Civil nº 597.9.59422/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.15. Procedimento Ministerial nº 003.0.63757/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.16. Inquérito Civil nº 600.9.10204/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 5.17. Inquérito Civil nº 597.0.237401/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.18. Inquérito Civil nº 596.0.12670/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:**

- 5.19. Inquérito Civil nº 702.0.138302/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 5.20. Inquérito Civil nº 681.0.220393/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 5.21. Inquérito Civil nº 167.0.1040/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 5.22. Inquérito Civil nº 600.9.10279/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 5.23. Inquérito Civil nº 003.9.254183/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 5.24. Procedimento Ministerial nº 677.9.6533/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 5.25. Inquérito Civil nº 126.0.137441/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Jaguaquara;
- 5.26. Inquérito Civil nº 001.9.2581/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.27. Inquérito Civil nº 003.9.141061/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 5.28. Inquérito Civil nº 001.9.266161/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.29. Inquérito Civil nº 600.9.35600/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo



Antônio de Jesus;

5.30. Inquérito Civil nº 167.9.35315/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

5.31. Inquérito Civil nº 167.9.39830/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

5.32. Inquérito Civil nº 001.9.525/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.33. Inquérito Civil nº 001.9.1831/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.34. Inquérito Civil nº 001.9.1083/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.35. Procedimento Ministerial nº 003.0.251359/2016, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

5.36. Inquérito Civil nº 003.0.213739/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.37. Procedimento Ministerial nº 003.9.259206/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:**

5.38. Inquérito Civil nº 003.0.119258/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

5.39. Procedimento Ministerial nº 003.9.170831/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

5.40. Inquérito Civil nº 015.0.51853/2008, da Promotoria de Justiça de Araci;

5.41. Inquérito Civil nº 003.0.123064/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Valença;

5.42. Procedimento Ministerial nº 696.9.68742/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

5.43. Inquérito Civil nº 003.9.47035/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

5.44. Inquérito Civil nº 003.9.45601/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

5.45. Inquérito Civil nº 003.1.121944/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.46. Inquérito Civil nº 167.9.46309/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

5.47. Inquérito Civil nº 001.9.168160/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.48. Procedimento Ministerial nº 069.9.34233/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

5.49. Procedimento Ministerial nº 003.0.209784/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.50. Inquérito Civil nº 003.0.55459/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

5.51. Procedimento Ministerial nº 189.9.13071/2019, da Promotoria de Justiça de Mutuípe;

5.52. Inquérito Civil nº 003.9.261930/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Consumidor;

5.53. Inquérito Civil nº 003.0.94631/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;



- 5.54. Inquérito Civil nº 598.0.100348/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 5.55. Inquérito Civil nº 101.0.112263/2013, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
- 5.56. Procedimento Ministerial nº 657.9.151610/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 5.57. Inquérito Civil nº 003.0.75612/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES CIDADE:**

- 5.58. Procedimento Ministerial nº 003.9.56388/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 5.59. Inquérito Civil nº 597.9.87500/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.60. Procedimento Ministerial nº 709.9.209633/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 5.61. Inquérito Civil nº 003.1.54675/2004, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
- 5.62. Procedimento Ministerial nº 718.0.227726/2011, da Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
- 5.63. Inquérito Civil nº 001.9.11350/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.64. Inquérito Civil nº 190.0.172363/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 5.65. Inquérito Civil nº 597.0.110468/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.66. Inquérito Civil nº 306.0.201002/2011, da Promotoria de Justiça de Serra Dourada;
- 5.67. Inquérito Civil nº 597.0.55444/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.68. Inquérito Civil nº 003.0.172446/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;
- 5.69. Inquérito Civil nº 708.0.113665/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 5.70. Procedimento Ministerial nº 003.9.187380/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 5.71. Procedimento Ministerial nº 003.0.16409/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.72. Inquérito Civil nº 167.9.117810/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 5.73. Inquérito Civil nº 590.0.141875/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 5.74. Procedimento Ministerial nº 003.0.135657/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.75. Inquérito Civil nº 003.0.82655/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.
- 5.76. Inquérito Civil nº 003.0.233038/2011, do Grupo de Atuação Especial e Defesa da Saúde – GESAU.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:**

- 5.77. Inquérito Civil nº 597.0.39586/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.78. Inquérito Civil nº 003.0.228948/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 5.79. Procedimento Ministerial nº 190.9.169177/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;



- 5.80. Inquérito Civil nº 600.9.15921/2019, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 5.81. Procedimento Ministerial nº 608.9.214192/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 5.82. Inquérito Civil nº 003.0.158339/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 5.83. Inquérito Civil nº 003.9.260514/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.84. Procedimento Ministerial nº 003.0.151289/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.85. Inquérito Civil nº 592.9.92324/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 5.86. Inquérito Civil nº 003.0.60566/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.87. Inquérito Civil nº 003.0.199295/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 5.88. Inquérito Civil nº 003.0.139204/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SAMPAIO LOEPP:**

- 5.89. Inquérito Civil nº 017.9.190257/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 5.90. Inquérito Civil nº 708.9.74648/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 5.91. Inquérito Civil nº 644.0.233543/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória de Conquista;
- 5.92. Inquérito Civil nº 597.0.243531/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.93. Inquérito Civil nº 003.0.241492/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Valença;
- 5.94. Inquérito Civil nº 696.0.96464/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 5.95. Inquérito Civil nº 003.9.270003/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 5.96. Procedimento Ministerial nº 003.0.141206/2011, apenso nº 003.0.216880/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.97. Inquérito Civil nº 003.0.35989/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.98. Inquérito Civil nº 003.9.149795/2018, Inquérito Civil nº 003.0.35989/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.99. Inquérito Civil nº 003.9.186461/2018, Inquérito Civil nº 003.0.35989/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.100. Inquérito Civil nº 003.0.116121/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.101. Procedimento Ministerial nº 003.9.45971/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;



- 5.102. Procedimento Ministerial nº 003.0.193413/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.103. Inquérito Civil nº 001.9.213761/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.104. Inquérito Civil nº 001.9.69530/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 5.105. Inquérito Civil nº 590.0.123633/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:**

- 5.106. Inquérito Civil nº 597.0.39614/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 5.107. Inquérito Civil nº 592.9.64221/20018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 5.108. Procedimento Ministerial nº 035.0.200647/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 5.109. Inquérito Civil nº 003.0.255619/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.110. Inquérito Civil nº 003.9.235311/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 5.111. Inquérito Civil nº 003.0.116760/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.112. Inquérito Civil nº 596.0.103959/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 5.113. Inquérito Civil nº 003.0.28186/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativo – GEPAM;
- 5.114. Inquérito Civil nº 608.0.37912/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 5.115. Inquérito Civil nº 596.9.2879/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 5.116. Inquérito Civil nº 003.0.108246/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 5.117. Inquérito Civil nº 003.1.64166/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.118. Procedimento Ministerial nº 655.0.200591/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 5.119. Inquérito Civil nº 003.0.207215/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 5.120. Procedimento Ministerial nº 003.0.252690/2013, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:**

- 5.121. Inquérito Civil nº 596.9.128199/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 5.122. Procedimento Ministerial nº 003.0.90502/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 5.123. Inquérito Civil nº 590.0.158166/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 5.124. Inquérito Civil nº 003.0.158558/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de



Juazeiro;

5.125. Inquérito Civil nº 001.9.69641/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

5.126. Inquérito Civil nº 708.0.10863/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

5.127. Procedimento Ministerial nº 003.9.179252/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

5.128. Procedimento Ministerial nº 003.9.67135/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

5.129. Inquérito Civil nº 646.0.149294/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

5.130. Inquérito Civil nº 003.0.67041/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.131. Inquérito Civil nº 592.0.191417/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

5.132. Inquérito Civil nº 003.0.192489/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.133. Procedimento Ministerial nº 003.0.81950/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

5.134. Procedimento Ministerial nº 591.9.67194/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

5.135. Inquérito Civil nº 237.0.189690/2016, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;

5.136. Inquérito Civil nº 003.0.145964/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

## 6. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, EM 25 DE ABRIL DE 2019.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público